

O “ESTADO EMOCIONAL” DA COMUNICAÇÃO NO PARLAMENTO ANGOLANO: UM TRATADO CONTRA O DISCURSO ÓRFÃO

The "Emotional State" Of Communication in the Angolan Parliament: A Treaty Against Orphan Speech

El “Estado Emocional” de la Comunicación en el Parlamento Angolano: Un Tratado contra el Discurso Huérfano

AUTOR: Paulo Luzolo Muanda.

Tipo de publicação. Ensaio académico.

RESUMO

Desde sempre, o ensino da comunicação foi encarado como prioridade suprema em defesa do desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos. Diante disto, é imperiosa a relevância do seu ensino cujos períodos de pesquisa são longínquos e o mesmo, diga-se ensino da comunicação, nunca será antiquado ou desusado, embora, qual seja, fosse antigo. O presente artigo aborda as lacunas de comunicação, *ipso facto*, vislumbradas pelos deputados do parlamento angolano. Não obstante, o objectivo precípua deste ensaio académico é gizar um conjunto de técnicas necessárias com o intuito de desenvolver nos parlamentares os critérios de competência comunicativa, de eloquência e de persuasão, uma vez que tem sido evidenciado pouco esforço de os representantes do povo construir discursos que não sejam enfadonhos na sua composição dialéctica, lógica e retórica. Não usam nem abusam pedagogicamente da magia da comunicação, o que resulta em discursos sem sentimento e conhecimento. Por conseguinte, deve dizer-se que morrera há anos a benfazeja retórica no "cubículo das leis" e procede, por seu turno, afirmar que é importante investir no poder da comunicação e da oratória. Conquanto se saiba que o orador não nasce feito, mas deve-se desenvolver qualidades potenciais, *a maxime*, de criatividade, de naturalidade. Desde falar a crianças, a jovens, a idosos, a mulheres, até a multidões, sempre a observação a um tempo segura e tranquila, a palavra certa na hora certa.

Palavras-chave: competência; comunicação; discurso, parlamento.



ABSTRACT

Communication teaching has always been seen as a supreme priority in defense of the personal and professional development of citizens. In view of this, the relevance of his teaching is imperative, whose research periods are distant and the same say communication teaching will never be old-fashioned or out of date, although, whatever, it was old. This article addresses the communication gaps, *ipso facto*, envisioned by the deputies of the Angolan parliament. However, the main objective of this academic essay is to draw up a set of necessary techniques in order to develop in parliamentarians the criteria of communicative competence, eloquence and persuasion, since there has been little evidence of effort by representatives of the people to construct speeches that they are not boring in their dialectical, logical and rhetorical composition. They do not pedagogically use or abuse the magic of communication, which results in speeches without feeling and knowledge. Therefore, it must be said that the beneficial rhetoric in the "cubicle of laws" died years ago and proceeds, in turn, to state that it is important to invest in the power of communication and oratory. But one must develop potential qualities, the maximum, of creativity, of naturalness. From speaking to children, young people, the elderly, women, even crowds, always observation at the same time safe and calm, the right word at the time certain.

Keywords: competence; communication; speech, parliament.

RESUMEN

La enseñanza de la comunicación siempre ha sido vista como una prioridad en defensa del desarrollo personal y profesional de los ciudadanos. Ante esto, es imperativa la relevancia de su enseñanza cuyos períodos de investigación son lejanos y los mismos, digamos la enseñanza de la comunicación, nunca serán anticuados o inutilizados. Este artículo aborda las brechas de comunicación, *ipso facto*, vislumbradas por los miembros del parlamento angoleño. Sin embargo, el objetivo principal de este ensayo académico es idear un conjunto de técnicas necesarias para desarrollar en los parlamentarios los criterios de competencia comunicativa, elocuencia y persuasión, ya que los representantes del pueblo han evidenciado poco esfuerzo para construir discursos que no sean aburridos en su composición dialéctica, lógica y retórica. No utilizan ni abusan pedagógicamente de la magia de la comunicación, que resulta en discursos sin sentimiento y conocimiento. Por lo tanto, hay que decir que la retórica benéfica en el "cubículo de las leyes" ha muerto hace años, y continúa diciendo que es importante invertir en el poder de la comunicación y la oratoria. Si bien se sabe que el hablante no nace hecho, sino



que deve desenvolver qualidades potenciais, a máxima, de criatividade, de naturalidade. Desde falar com os jovens, a os idosos, a os jovens, a as mulheres, a as multidões, sempre observando em um momento seguro e tranquilo, a palavra correcta em o momento adequado.

Palabras clave: competencia; comunicación; discurso, parlamento.

INTRODUÇÃO

A comunicação pode ser, doxograficamente, compreendida como arte, que envolve as técnicas de expressão oral e escrita, e como ciência, haja vista que é uma área bastante sensível e quem se aventura a estudá-la deve ter, no mínimo, uma envergadura intelectual inquestionável, como o fizera Cícero, e uma arguta visão inenarrável, vimo-lo, hodiernamente, em Steve Jobs . Conhecer os factos e saber localizá-los no tempo e no espaço é uma tarefa hercúlea, porém devemos saber-lhe a história e cultura, pesquisar-lhe as riquezas e dominar-lhe os problemas sem, certamente, nos esquecermos da solução, pois ela é conexão de pequenas circunstâncias que envolvem o sentir, o conhecer, o pensar e o amar.

É perigoso, em pleno século XXI, gente culta fazer afirmações acromáticas, musculadas, com o único objectivo de causar medo àquele que acompanha o desenrolar das peças sociais. Disso é resultante a tímida aposta na educação de esperança de que depende o desenvolvimento sustentável de qualquer país que se queira auspicioso no processo de amadurecimento cultural, científico, económico e social. É, com efeito, *condicio sine qua non* o reconhecimento do desaceleramento do capital intelectual uma vantagem apriorística.

Tem-se ouvido com atenção as intervenções de muitos académicos – juízes, procuradores, pastores, médicos, doutores, mestres, professores, psicólogos, jornalistas, advogados, neste particular, deputados – e, vezes sem conta, há um sentimento de “inorgulho” que se instala, que se apropinqua, ou que intruja, no seio da população, porquanto as técnicas de comunicação, argumentação, oratória e retórica já há muito que terão abandonado a casa das leis, os tribunais, as universidades, as rádios, as televisões, os departamentos de empresas. Assim, a solução emergente é exercitar nos estabelecimentos de ensino ou de formação o pensamento lógico, a arte do raciocínio e a sua manifesta expressão falada e escrita a fim de que os futuros deputados tenham a exigida eloquência.

Quando nas escolas se apela à abstracção ou ao poder de raciocínio, por exemplo, os alunos ficam perdidos, com raríssimas excepções. Sabem até, minimamente, repetir à tangente, decorar, os conceitos, porém a dedução/indução lógica, o pensamento criativo, como nos ensina



o professor Luft, é algo totalmente acima de suas juvenis cerebrações. Ainda diz o eterno mestre que essa deficiência do pensamento lógico e do poder de arrazoar, naturalmente, vai reflectir-se no fraseado: incoerências, desconexão, falta de equilíbrio, obscuridade, impropriedade de termos e todo o resto.

A única maneira de tirar o parlamento do estado moribundo em que se encontra é, tanto quanto se saiba, investindo seriamente no fomento de debates, que não tenham pendor erístico ou ver quem é o vencedor ou o perdedor, porque a comunicação é uma máquina a qual se reveste de uma importância que transcende os limites sensoriais do homem.

Deve-se teimar, pertinazmente, com dardos discursivos os quais pessoas à paisana, metaforicamente falando, lançam a mão vileza ao campo do bem falar, porquanto, trazendo à liça Haarscher, facilmente se depreende que há um direito à fala, o chamado, tecnicamente, direito à expressão, reservado para cada cidadão do mundo e este direito, o qual se faz acompanhar dos deveres, das responsabilidades e das garantias, escancarado na determinação provisória de direitos do homem, todavia, constituem as protecções mínimas que concedem ao indivíduo viver uma vida digna desse nome e eles são uma espécie de espaço “sagrado” intransponível.

O correcto uso do discurso falado ou escrito, *in principio*, suporta uma comunicação eficiente e eficaz entre seus parlantes. Além de falar ou escrever, assertivamente, as palavras, é preciso saber colocá-las na ordem certa, respeitando regras de concordância, de subordinação e de ordem.

Dito de outra forma, é preciso entender a gramática da língua, ou seja, as regras que devam ser respeitadas para que a comunicação ocorra de forma efectiva, precisa e concisa.

O deputado, entre todas as coisas que se lhe exigem, deve permitir-se ser um exímio orador, que não se consubstancia num reproduzidor, leitor extensivamente, de discursos enfadonhos, permitir-se igualmente ser um humano respeitável na conjugação da envolvência comunicativa cujas plataformas de revelação sejam empatia, confiança e segurança.

Assumindo a responsabilidade de que todos os deputados venham a falar em público com desembaraço e sem inibições, objectivamente, este artigo forja-se na antiga modulação assertiva de que os poetas nascem, e os oradores fazem-se. De outra maneira – vá lá a reminiscência histórica, por mais antiga que seja –, nossos velhos conhecidos Demóstenes, Cícero e o menos votado Quintiliano jamais teriam atravessado a poeira dos tempos se não tivessem “aprendido”



a falar com desembaraço e sem inibições. Embora, curiosamente, grandes mestres da retórica ateniense jamais tivessem sido grandes tribunos, mais capazes de ensinar que praticar.

É, indubitavelmente, o orador a expressão mais completa e rutilante do comunicador. A ele compete enfrentar os auditórios, sejam pequenos comités, sejam multidões farfalhantes na imensa praça pública. A ele cabe transmitir a nova, a ideia, a mensagem, a luz, a fonte, a dor. Ali está a plateia, ou fria, ou indiferente, ou inamistosa, ou expectante, ou fanatizada, ou enlouquecida. O deputado, por sua voz, e apenas pelo que fala, *mutatis mutandis*, ou domina, ou se perde, ou convence, ou se frustra. Pela simples força da sua expressão, terá que conquistar uma vontade esquiva e dispersa. Necessita de persuadir, comover, abalar, conduzir a força estranha na direcção que deseja.

Todo o brilho, toda a beleza, toda a expressão da verdadeira eloquência resiste ao tempo, imortaliza-se na lembrança, permanece viva e indelével na emocionada memória dos que participaram daquele mágico instante de criação, em que um homem pela simples força, foi capaz de render a seus pés a multidão maravilhada, diz-no-lo o mestre Polito.

DESENVOLVIMENTO

Entende-se o discurso como a representação verbal de qualquer pensamento individual ou colectivo. A ideia binária da existência de um pensamento individual e de um outro colectivo remete para a ordem do discurso foucaulteano, que gravita entre o desejo do sujeito e a vontade das instituições que administram o poder, pois “o discurso está na ordem das leis”.

Então, em Angola, sobretudo no parlamento, pelo que se nota, não é só o português, mas as técnicas de comunicação não são usadas correctamente pelos deputados. Universaliza-se o conceito neste artigo, porém deve ser claro que há excepções naquela casa no que à comunicação assertiva diz respeito, assim, fica acautelada a compreensão para mitigar quaisquer resquícios de falácia genérica ou petição de argumentos circulatorios.

Ora, raramente encantam os discursos “elaborados e preparados” por muitos deputados: dá-se a sensação de que eles não se interessam com a ciência, porque a forma como os relatórios são tornados públicos não evidencia as fontes imarcescíveis para a obtenção do conhecimento, tanto quanto sejam, a científica, a filosófica, a empírica e a teológica.

A produção do discurso deve obedecer a seguintes critérios: o que falar? Onde falar? Quando falar? Porque falar? A quem falar? Como falar?



Ano: 2023

Número :1

Volume: 1

O que se analisa não é a posição tomada nem o domínio da norma gramatical, inicialmente, que são “outros quinhentos”, todavia o impacto causado pelos senhores das leis; entendendo que, em política ou não, a palavra é uma das expressões de poder e usá-la, dignamente, é uma missão que nos a todos enobrece.

Carvalho (1997, *apud* Simbad) apreende nas obras de Aristóteles uma ideia medular, que, de acordo com seu entendimento, se afigura de suma importância para a compreensão da sua filosofia. A essa ideia denomina Teoria dos Quatro Discursos e entende que, na visão do autor grego, “o discurso humano é uma potência única, que se actualiza de quatro maneiras diversas: a poética, a retórica, a dialéctica e a analítica (lógica)”.

Tais modalidades discursivas configurariam quatro ciências do discurso, por via das quais “o homem pode, pela palavra, influenciar a mente de outro homem (ou a sua própria)”.

Desde a alvorada da Independência Nacional, diz Simbad, que o discurso dominante é o político (o retórico) e parece utopia tão cedo haver um eventual domínio dos discursos dialéctico e lógico, que regeriam qualquer sociedade “normal”.

Até mais ou menos uma década depois do alcance da paz efectiva, pelo menos a nível interno, o discurso, hegemonicamente, predominante na Assembleia Nacional era o do MPLA. Entretanto, alguns lapsos de governação com profunda repercussão social levaram à descredibilização do discurso dominante e à ascensão do discurso de uma oposição que, periodicamente, procura extrair a sua fala mais nas acções fracassadas do governo do que no ímpeto de uma retórica própria. Isto ocorre porque é sempre mais fácil falar do que fazer. Embora Foucault (1996, p. 9) nos advirta que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer coisa”, tomamos, ainda assim, a tolerância como uma prerrogativa constitucional imprescindível ignorada pelos principais partidos políticos. Isso se deve à natureza conflituosa do jogo político, que obriga as duas principais forças políticas a disputarem pela hegemonia do discurso .

Essa vontade hegemónica do discurso é colocado, igualmente, à prova de fogo no parlamento angolano, pois quando, vezes sem conta, os nossos lídimos deputados à Assembleia Nacional tomam posse, com efeito, se assiste a raríssimas actuações de actores parlamentares cujos pensamentos reflexionam a antiga gagueira, gagos despidos de argumentos verbo-lógicos, discursos acromáticos, petulantes e acientíficos.



Ano: 2023

Número :1

Volume: 1

Por seu turno, a terminologia parlamento tem vindo a lograr outro sentido semântico, o qual é, por assim dizer, lugar para lamentos (para lamentar?!). Só que não é conducente à verdade material expressa pelo étimo, porque parlamentar (parlar) traduz a ideia de falar, expressar. Logo, os deputados são obrigados (!) a dominar as técnicas de comunicação e argumentação.

Conforme retumbado em nota anterior, deseja-se, particularmente, falar da comunicação “assembleísta”, porquanto se compreende que sejam os parlamentares servidores da fé pública, social ou cultural do país. Ainda se tem verificado, entre nós, deputados que cometem erros primários de escrita, senão, precisamente, de fala, a destacar, sintácticos, semânticos e lógicos, o que, *per si*, compromete a credibilidade dos representantes do povo. As dimensões locutórias – retórica, dialéctica e lógica – não se configuram como limite precípua dos deputados. No entanto, não basta tão-somente dominar o espírito e a letra das leis, os instrumentos regimentários, os decretos, os documentos de cariz financeiro, económico e social, importa, isso também, conhecer os princípios da pragmática discursiva, da interpretação doxográfica, da intertextualidade e o do código da captura mental, que se consubstancia na aceitação da ética e da deontologia profissional.

Entrementes, a argumentação, tão necessária como a comunicação, é um conjunto de botões sistémicos, pois mal usados, lamenta-se, é destruída uma airosa vida profissional, uma vida milionária que se refestela nos cómodos da Assembleia, uma milionária vida que, reconhecidamente, não faz eco no seio da população.

Dizia Fiorin (1989, p. 52) que a finalidade última de todo acto de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está a ser comunicado. Por isso, o acto de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela é-o na medida em que é produção de sentido.

Falante culto é aquele que se adapta a todas as situações de comunicação, variando seu registo de acordo com as circunstâncias da comunicação (LEITE, 1999, p. 210).

Portanto, a praticidade oratória exige que o orador consiga realizar na esfera mental, sensitiva ou sensorial a conexão benevolente, a segurança bioquímica e a empatia fética para “desmuscular” a rigidez e a resistência existente nos discursos dos deputados, tribunos por tradição.



Ainda, o conceito *a priori* ligado à retórica traz como pano de fundo a perspectiva geracionista, a qual é a arte de usar uma linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva. A perspectiva desse tratado é desfazer o mito voltado a bem falar, pelo qual aborda a concepção artística. Entretanto, a retórica não é, como se diz, a “capacidade de falar bem”, ou ter uma voz bonita; ela é, por maioria de razão técnica, a capacidade de causar impacto, emoção através da qual resulta a recepção, retorno ou *feedback*.

Tente imaginar-se que esteja a falar a crianças sobre a importância da Constituição da República, eis senão quando, uma delas, naturalmente, pergunte-lhe a si o que é uma Constituição. Ao responder, diz que a Constituição é uma ostra perlífera profícua e angular que dá sustentáculo a um país com poder organizatório. Bem, por mais inteligente que a criança seja, como pode verificar, ela não reagirá, favoravelmente, ao seu comentário, não terá o *feedback*, conexão, esperado porque não estão no mesmo plano de expressão, para que haja conexão, e isto é que impele, será imprescindível usar, pedagogicamente, a retórica (a ferramenta de retorno de mensagens).

Com isso, importa aferir que a retórica apela à audiência em três frentes: *logos*, *pathos* e *ethos*. Retórica é uma ciência (no sentido de um estudo estruturado) e uma arte (no sentido de uma prática assente numa experiência, com uma técnica) .

Na retórica, o *ethos* é um dos modos de persuasão ou componentes de um argumento, caracterizados por Aristóteles. O *ethos* é a componente moral, o carácter ou autoridade do tribuno para influenciar o público. As outras componentes são o *pathos* (uso da emoção) e o *logos* (uso do raciocínio, da razão, da lógica).

Contudo, o auto-conhecimento, os valores, a congruência, a assertividade, a empatia, o diálogo, a alteridade, o domínio da voz, do corpo, da plateia, dos ouvintes e a da harmonia espiritual são alguns dos tópicos nos quais Passadori se aprofunda para que todos possam desenvolver uma comunicação comprometida com os desafios da realidade que nos cerca, sem perder nossa autenticidade e nossos objectivos.

Nesse sentido, Alexy destaca que o objectivo de cada argumentação é conquistar ou fortalecer a adesão (*adhésion*) da audiência. Para realizar esse objectivo, o orador tem de adaptar seu discurso à audiência.



O conjunto de espíritos aludido por Perelman é o que chamamos auditório. É que todo discurso possui um contexto e, conseqüentemente, um auditório para o qual ele é elaborado e amoldá-lo àquele auditório é a condição para que exista a persuasão.

O autor individualiza, então, os vários tipos de auditório “diferenciados pela idade ou pela fortuna”, podendo sua extensão ser universal; de um único ouvinte; ou uma deliberação consigo mesmo e tudo isso com o intento de convencer/persuadir um auditório na sua especificidade.

É que, com efeito, reconhecer as características específicas de cada um desses auditórios contribui, significativamente, para o sucesso do empreendimento argumentativo.

Quanto à mencionada individualização prévia, em que pese a sua realização, pode haver auditórios com composição heterogênea de ouvintes – auditório multifacetado –, nestes casos, a tarefa do orador fica mais intrincada, sendo necessário fazer uso de argumentos diversos para convencer o seu auditório.

Pode ocorrer que o auditório seja o mesmo apenas na aparência. De facto, na teoria da argumentação, o auditório não é definido como o conjunto daqueles que escutam um discurso, mas, antes, como o conjunto daqueles aos quais visa o esforço da persuasão.

Ainda sobre a possibilidade de se ter um auditório heterogêneo, assevera Meyer que a dificuldade é maior ainda quando os receptores são muito variados (por exemplo, um encontro com engenheiros e operários que devem ser convencidos de algo) ou desconhecidos. Assim, a presença de um público heterogêneo em termos de idade, sexo e, sobretudo, origem étnica deve ensejar atenção maior, pois é indubitável que as reacções do corpo, também chamadas reacções não verbais, são um factor de *feedback* não desprezível e estão estreitamente ligadas à nossa cultura.

Logo, se se deseja argumentar, é imprescindível que o orador reflecta sobre os argumentos que poderão influenciar um determinado auditório, pois se assim não for, incidirá no que Perelman designa de petição de princípio.

Aqui compete dizer que se o orador escolhe seus argumentos com base posta no real, tem-se que sua argumentação é forte e dificilmente será resignada pelo auditório universal. Isso porque, formulando premissas baseadas no real, se terá uma constituição objectiva de argumentos, o que dificulta a sua recusa pelos ouvintes.



A eficácia da argumentação, o facto de exercer sobre o auditório uma influência maior ou menor importância, depende não apenas do efeito dos argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interacção entre argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interacção entre argumentos entre si, dos argumentos que acodem espontaneamente ao espírito de quem ouve o discurso.

Para criar um vínculo e obter atenção, é indispensável que o orador possua alguma qualidade que lhe permita proferir seu discurso com eficácia. Isso porque aquele que profere o discurso e aqueles para quem se o profere, pré-estabelecem o grau de credibilidade e aceitação dos argumentos apresentados.

Dessa forma, para garantir o sucesso do empreendimento argumentativo, deve o orador buscar conhecer as especificidades de cada auditório, pois a verdade deixa de ser condicionada às condições de sua emissão, passando a agregar-se ao desempenho do orador perante àqueles a quem se pretende convencer.

Por consequência, o deputado, levando em consideração a tradição da representação parlamentar, deve munir-se de competências comunicativa e linguística a fim de saber adaptar-se à realidade de cada cidadão, pois se usa da linguagem verbal para conectar-se, criar situações de empatia, transmitir segurança e, mais do que nunca, saber que para além da linguagem directa, das frases curtas, dos parágrafos pequenos, da correcção gramatical e da riqueza de vocabulário, os quais se impõem, deve não mais pecar pelo abuso de efeitos para chamar a atenção a determinados pontos dos seus textos lidos ou falados.

CONCLUSÃO

Faz-se mister estar sempre atento ao modo como se comunica com outros e, com efeito, é digna de nota mostrar as muitas formas de exercitar a mente humana, pois se o faz com a poesia, que é a legítima forma de muitas histórias serem atraentes, o mau torna-se bom, o feio torna belo e vice-versa, dominar a poesia é dominar a emoção; com a gramática, todo o enunciado mal elaborado, mesmo que correcto, mal será compreendido, motivo pelo qual se deve dominar a norma culta para convencer e, por fim, com a filosofia, todo o pensamento precisa de lógica, então, o homem que fala sem dominar as regras da lógica nada conseguirá, a lógica é a expressão do pensamento correcto.

Portanto, esse ensaio académico é uma tentativa de vislumbrar o outro lado da moeda da comunicação realizada pelos deputados. Sugere-se que invistam neste poderio ou ferramenta



Ano: 2023

Número :1

Volume: 1

de aferição de resultados, pois é, qualquer elemento a que se refira, a chave para o desenvolvimento empresarial, pessoal e social. Falar bem é dar um abraço sonoro a quem nos ouve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Medeiros, J. B; TomasI, C. (2013). *Português Forense, Língua Portuguesa para Curso de Direito*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Perelman, C., Olbrechts-Tyteca, L. - *Tratado de argumentação*. Editora Instituto Piaget.

Polito, R. - *Como falar correctamente e sem inibições*. Editora Saraiva.

Platão, F. P. S.; Fiorin, J. L. (1995). *Para entender o texto: leitura e redacção*. 4 edição. São Paulo: Editora Ática.

FARMHOUSE Ciência & Tecnologia

